

**Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis****DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

COORDENAÇÃO-GERAL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS FLUVIAIS E PONTUAIS TERRESTRES
SERVIÇO DE APOIO AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS FLUVIAIS E PONTUAIS TERRESTRES

OFÍCIO Nº 151/2025/SETEF/CGTEF/DILIC

Brasília/DF, na data da assinatura digital.

À Senhora

Maria Lucineia Nery de Lima Menezes

Representante Legal da Prefeitura Municipal de Tarauacá

Endereço: Rua Coronel Juvencio de Menezes Nº267 - Centro

CEP: 69970-000, Tarauaca/AC

Contato: (68) 3462-2376

E-mail: creuzilenematos@gmail.com

Assunto: Dispensa de licenciamento ambiental – Construção de quadra poliesportiva em Terras Indígenas

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 02001.023128/2025-23

Prezada Representante,

1. Cumprimentando-a cordialmente, informo que, em atenção ao processo protocolado pela Prefeitura de Tarauacá (AC) junto ao IBAMA, referente à construção de quadra poliesportiva, foi realizada análise técnica com base no artigo 7º, inciso XIV, alínea “c” da Lei Complementar nº 140/2011, que estabelece como atribuição da União, por meio do IBAMA, o licenciamento ambiental de atividades desenvolvidas em Terras Indígenas.
2. Todavia, nos termos da Portaria IBAMA nº 90, de 24 de junho de 2025, e da Instrução Normativa IBAMA nº 15/2018, determinadas ações públicas voltadas ao interesse direto das comunidades indígenas, como é o caso do empreendimento em questão, estão legalmente dispensadas do procedimento de licenciamento ambiental, desde que atendam aos critérios técnicos estabelecidos.
3. Importa destacar que a dispensa de licenciamento ambiental não exime o cumprimento de outras obrigações legais eventualmente aplicáveis à execução das obras. Assim, caso haja como a necessidade de supressão de vegetação nativa, ainda que em pequena escala, deverá ser formalizada a solicitação por meio do Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais, [Sinaflor](#) conforme regulamentação vigente.
4. Considerando a presença de cursos d’água na área do empreendimento, devem ser observados os limites de Área de Preservação Permanente (APP) conforme o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). Para este caso, recomenda-se a manutenção de APP entre 50 e 100 metros, conforme a largura do curso d’água e o contexto ambiental. Havendo interferência nessa faixa, deverão ser adotadas as medidas legais cabíveis.
5. Ademais, por se tratar de empreendimentos voltados diretamente ao atendimento das comunidades indígenas, recomenda-se a anuência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI, órgão indigenista oficial responsável por assegurar que os projetos respeitem os direitos, os usos e os costumes das populações tradicionais envolvidas.
6. Por fim, informo que o processo em referência será arquivado.
7. Coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos por meio do telefone (61) 3316-1293 ou do e-mail setef.sede@ibama.gov.br.

Anexos:

I - FCA - Ficha da Caracterização da Atividade nº 127772515 (SEI nº 23991962)

II - Parecer Técnico 110 (SEI nº 24546976)

Cordialmente,

(assinado eletronicamente)

CLAUDIA JEANNE DA SILVA BARROS

Diretora de Licenciamento Ambiental



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA JEANNE DA SILVA BARROS**, Diretora, em 07/09/2025, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **24547081** e o código CRC **5790A39B**.

Referência: Processo nº 02001.023128/2025-23

SEI nº 24547081

SCEN Trecho 2 - Edifício Sede - Telefone:
CEP 70818-900 Brasília/DF - www.ibama.gov.br